



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 3/2011

No dia vinte e cinco de Abril do ano dois mil e onze, pelas 11,00 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal, convocada nos termos Regimentais para a sua **PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: **CELEBRAÇÕES DOS 37 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974**

Foi distribuída a folha de presenças, tendo-se verificado as **presenças e faltas** dos Senhores Deputados:

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Manuel Pedro Mota Cordeiro, Eng.º;
- José Fernando Oliveira Serrano, Dr.;
- Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço, Dra.;
- Marco Alexandre Marques Ramalho, Dr.;
- Maria de Fátima Mendes Cardoso Nunes, Dra.;
- Filipe Alberto Freire Nogueira Rosa, em representação do Senhor Deputado Jorge Manuel Simões Mendes, Dr.;
- António da Silva Letra.;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Francisco José Redondo Ferreira;
- Carlos Augusto Soares;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- António César Gomes, Dr.;
- Teresa Margarida Vaz Pedrosa, Dra.;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- Carlos Mendes Simões;
- António Abreu Gaspar;
- Evaristo Mendes Duarte;

Não Apresentou justificação:

- José Maria Ferraz da Fonseca;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Susana Isabel Anjo Lapo, Dra.;
- Aurélia Maria Ferreira Pinto Castanheira;
- Carlos Miguel Simões Pimenta, Dr.;

Não apresentaram justificação:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;
- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;
- António Simões de Almeida;
- Júlio Dionísio Penedo;
- Nuno Ricardo Carvalho Ferraz, Dr.;
- Agostinho Fernandes Ramalho Bento;

Da **BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- Ana Isabel Fernandes Fortunato;

Da **BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA** verificou-se a **presença** do Senhor Deputado:

- David Manuel da Costa Carraca, Dr..

Estiveram presentes nesta Sessão 26 membros, pelo que a Senhora Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

COMEMORAÇÕES DOS 37 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. David Carraca, da Bancada do BE, que proferiu o seguinte discurso: “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Há 37 anos o sinal para a Revolução de Abril foi a música “*E depois do Adeus*” escrita por José Niza, que começava assim: “*Quis saber quem sou, O que faço aqui, Quem me abandonou, De quem me esqueci...*”

Estas palavras provavelmente reflectem um pouco o estado a que o nosso país chegou... saberemos nós exactamente quem somos? O que fazemos nesta situação complicada?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quem é que nos abandonou e nos encaminhou até aqui? E de quem e do quê nos esquecemos nós ao longo destes 37 anos? ...

Não terá a Revolução dos Cravos ficado incompleta e não estará ela em stand-by, à espera que todos nós a completemos?

Não podemos ignorar o momento difícil que atravessamos, pela terceira vez. Em menos de 40 anos voltamos a estar sujeitos às condições de organismos internacionais... será que Portugal tem memória curta? Será que a classe política sabe o que anda a fazer? Será que Portugal tem problemas estruturais que ainda não aprendeu a ultrapassar? Será que desde a Revolução dos Cravos não soubemos escolher os melhores caminhos? Penso que hoje será um bom dia para cada um de nós reflectir sobre o estado da nossa tão querida nação... pois só com a consciência colectiva é que conseguiremos ultrapassar mais esta crise, só com a consciência colectiva poderemos aprender com os erros até aqui cometidos e evoluir para uma sociedade mais próspera e mais justa para todos.

Nos próximos tempos, que se adivinham difíceis para todos, não nos poderemos esquecer e desprever dos mais desprotegidos, deveremos estar atentos às necessidades que poderão surgir nestes grupos, pois se para a grande maioria de nós esta crise pode representar uma reorganização de orçamentos e abdicar de bens supérfluos, para alguns poderá representar fome...

Aqui, mais do que nunca, o Poder Autarca, que está mais próximo das populações, deverá estar atento a todos os seus Municípios desfavorecidos e, recorrendo à rede de Juntas de Freguesias, IPSS e Escolas, entre outras Instituições, deverá tentar desenvolver todas as acções necessárias para apoiar esta franja da população.

Portugal, ao longo dos últimos anos, tem vindo a renegar uma das suas principais actividades, a sua Agricultura. Actualmente, muitos dos produtos agrícolas que consumimos são provenientes do estrangeiro, contribuindo para o desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e o resto do mundo. Penso que chegou o momento de reverter esta situação, o momento de fazer renascer a nossa Agricultura em todas as suas vertentes, como uma mais-valia para todos nós, contribuindo assim para muitos dos orçamentos familiares e tornando-nos menos dependentes de produtos importados.

Sendo o nosso Concelho tradicionalmente agrícola, penso que será um desafio para esta Assembleia e o Executivo Camarário, em conjunto com os organismos concelhios ligados à Agricultura, encontrarem formas inovadoras para motivar o retorno das populações à Agricultura e à Pecuária, aproveitando assim características únicas que o nosso Concelho tem para a produção de diversos produtos agrícolas e pecuários, melhorando assim a qualidade de vida de muitos Municípios.

Tempos difíceis nos aguardam, mas os Portugueses já deram provas, ao longo da história, que são capazes de ultrapassar dificuldades... capazes de acreditar, capazes de trabalhar, capazes de sacrifícios, capazes de lutar por um futuro melhor...

Assim, como mensagem destas Comemorações dos Ideais de Abril, quero apelar a todos os Municípios de Soure que acreditem em si e nas suas capacidades, que cada um de nós possa dar o seu melhor e que seja solidário com o próximo e, assim, a união das nossas forças possam provocar mais uma Revolução na História de Portugal e que continuemos a ser um povo lutador.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Viva a Revolução dos Cravos! Viva Portugal!”

Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Fortunato, da Bancada da CDU, que proferiu o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

A Revolução do 25 de Abril foi há 37 anos, o que significa que hoje, quase metade da população portuguesa não a vivenciou. Não presenciou nem participou num dos momentos grandiosos da nossa Época Contemporânea, não fez parte de uma esmagadora maioria da população portuguesa, que reclamou nas ruas, um País de Justiça Social, Progresso e Desenvolvimento, onde a Paz e a Solidariedade constituíram as bases da Sociedade. Esse era o paradigma da Revolução de Abril. Foi ao som de *Grândola Vila Morena* que, em Portugal, se iniciou, em 25 de Abril de 1974, a libertação de um povo que sofreu um longo período de obscurantismo, opressão, atraso, medo, ausência de liberdades... realidade que felizmente os nossos jovens não conhecem.

Cabe-nos por isso um papel muito importante que é o de procurar passar aos mais jovens o testemunho deste acontecimento marcante na nossa História Moderna. É uma obrigação de todos nós, mas é também uma garantia de que perpetuamos, na geração futura, os Ideais Democráticos trazidos por Abril.

Aos jovens, é preciso dizer-lhes que o 25 de Abril pôs cobro a um Regime Ditatorial que suprimia a Liberdade de Expressão, de Reunião, de Manifestação e de Associação. Que proibia os Partidos Políticos, os Sindicatos e o Direito à Greve; é preciso dizer-lhes que no Fascismo havia Censura e Repressão pela Polícia Política; é preciso dizer que havia uma Guerra Colonial, que durou 13 anos e deixou dezenas de milhar de mortos e feridos. Comemorar a Revolução de Abril é dar expressão à mais exaltante realização do Povo Português ao longo da sua História recente.

É recordar o tempo das Leis que criaram um Salário Mínimo Nacional; o congelamento dos preços dos bens essenciais; o aumento do Abono de Família; o aumento das Pensões de Reforma e Invalidez; o Direito a Férias para todos os trabalhadores com um Subsídio equivalente ao Salário; a proibição dos despedimentos sem justa causa; a criação do Subsídio de Desemprego - entre outros.

É lembrar os heróicos militares, os Capitães do MFA (Movimento das Forças Armadas), que derrubaram o Fascismo, culminando décadas de resistência e de luta.

É recordar o amplo e entusiástico levantamento popular que, nas ruas, celebrou e sufragou a Democracia nascente.

Estas conquistas revolucionárias ficaram consignadas na Constituição da República Portuguesa e continuam, ainda, a ser sólidos alicerces em que se sustenta o Regime Democrático, apesar das constantes tentativas das forças de direita em subverter estes princípios.

Uma Constituição que no plano dos Direitos, Liberdades e Garantias, para além de perfilhar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, estabelece o Princípio da Igualdade, assegura a todos o acesso ao Direito e à Justiça; garante ainda a Liberdade de Imprensa e a sua independência perante o Poder Político e Económico; garante a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Segurança no Emprego, a Liberdade Sindical, o Direito à Greve; consagra o Direito à Segurança Social e à Saúde, concretizado este, através de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito; o Direito a uma habitação adequada; o Direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; o Direito à Educação e à Cultura; o Ensino Gratuito na Escolaridade Obrigatória e, progressivamente, em todos os Graus de Ensino; a obrigatoriedade de uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza.

É impressionante verificar hoje, como ao longo dos anos, sucessivos Governos não respeitaram a nossa lei fundamental.

O estado em que actualmente nos encontramos deveria constituir a prova de que errada não estava a Constituição. Erradas foram e são as políticas implementadas.

Afastámo-nos dos Ideais de Abril e, desde então, Portugal em vez de se aproximar da média do nível de vida da União Europeia, em que já estamos integrados há mais de vinte anos, encontra-se cada vez mais recuado e a braços com uma grave crise.

São também sinais preocupantes da qualidade da nossa Democracia, a prática institucionalizada na classe política de não cumprir na governação as promessas que faz no período eleitoral; o descarado controlo sobre os Órgãos de Comunicação Públicos pelos Governos ou a promíscua relação entre ex-Ministros e Conselhos de Administração de Empresas Privadas, que mantêm negócios com o Estado.

A Democracia em que vivemos hoje é uma caricatura da Democracia Económica e Social que parecia possível em Abril de 74.

Vivemos hoje tempos difíceis.

As desigualdades na repartição dos rendimentos nunca foram tão grandes em Portugal como o são actualmente.

Somos, aliás, o único país da União Europeia em que aumentaram as desigualdades entre a população que mais rendimentos auferem e a mais pobre.

Enquanto se pedem cada vez mais sacrifícios e se agravam as condições de vida dos trabalhadores e da generalidade da população, o Sector Bancário, em 2010, aumentou os seus lucros em 13,2%.

Enquanto as famílias portuguesas vêm aumentada a sua Carga Fiscal, o Sector Bancário, apesar dos lucros obtidos, pagou menos 26,2% de Impostos.

Enquanto uma pequena empresa pagou de IRC 23%, a Banca pagou 12,9% de taxa efectiva.

35 anos de Política de Direita ao serviço do grande capital e dos grupos económicos e financeiros, atiraram o país para uma gravíssima crise, que agrava de forma profunda e injusta as condições de vida dos trabalhadores e do povo e que compromete, definitivamente, o futuro.

Uma crise que é económica, com a Estagnação e a Recessão da Economia, a Destruição do Aparelho Produtivo, a Diminuição da Produção Nacional e o Agravamento dos Défices Estruturais e da Dependência do País.

Uma crise que é social, com um brutal aumento do Desemprego e do Trabalho Precário e sem Direitos, o encerramento de Serviços Públicos, com o cerceamento das expectativas de vida dos jovens, o aumento da Emigração...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Uma crise que é financeira, com a depauperação do Estado por via dos apoios directos e indirectos ao grande capital (de que são exemplo as volumosas verbas dirigidas para o BPN e BPP), o ataque especulativo à Dívida Pública Portuguesa e a recusa de medidas alternativas para enfrentar e vencer a crise, numa assumida capitulação por parte do Governo perante a ingerência externa.

Uma crise que empobrece o Regime Democrático, a Soberania e Independência Nacionais, com a permanente violação da Constituição, com o alastramento de fenómenos de nepotismo e corrupção, com a crescente submissão e aceitação de transferência de decisões, designadamente económicas, monetárias, financeiras e políticas para o directório da União Europeia e a cada vez mais gritante subordinação do poder político ao poder económico.

Consideramos que o combate da Dívida Pública, no imediato, passa pela sua renegociação e pela acção concertada na União Europeia com outros países em situações semelhantes.

Acreditamos que é possível vencer esta crise sem capitular às exigências que nos são feitas por entidades externas. O caminho terá que passar pela defesa da produção nacional, pela recuperação do aparelho produtivo e do crescimento económico; pelo combate à crescente precariedade laboral, em particular dos jovens e das novas gerações, exigindo a estabilidade dos vínculos laborais; pela valorização de salários e pensões, indispensável para o combate à pobreza e para a dinamização da actividade económica; pela defesa do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública; por uma política fiscal justa, que estimule a produção nacional.

Celebramos mais este Aniversário de Abril, com a confiança e esperança num Povo que ao longo da nossa História soube sempre tomar nas mãos o seu próprio destino.

Comemoramos Abril, dispostos e determinados a prosseguir a luta pelos seus Ideais e Valores, por um Portugal justo, fraterno e solidário.

Viva o 25 de Abril!"

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Susana Lapo, da Bancada do PSD, que proferiu o seguinte discurso: “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Soure, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Deputados Municipais, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal de Soure, Excelentíssimos Senhores representantes da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Comemoram-se hoje 37 anos sobre o 25 de Abril.

Há um ano, na primeira cerimónia deste Mandato Autárquico, debruçámo-nos sobre três pilares fundamentais da Democracia, conquistada em 25 de Abril de 1974: Igualdade, Liberdade e Progresso. De então para cá nenhum deles melhorou.

Naturalmente que a situação política nacional e o agravamento da crise económica e financeira condicionam as mensagens deste Aniversário. De facto, o agravamento das condições de vida dos portugueses ensombra as perspectivas de futuro. Portugal vive um dos piores momentos da sua História.

Situação semelhante viveu-se há cerca de século e meio... E as soluções da época? Redução dos vencimentos dos funcionários públicos, contratação de novos empréstimos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumento da receita do Estado com novos impostos, administrar e reformar para reduzir despesa. Não ouvimos já tudo isto? Os problemas não são novos, mas as soluções parecem ser as mesmas... a situação é, de facto, gravíssima.

Em Portugal, nos últimos seis anos, duplicou o Desemprego, mais do que duplicou o valor do Endividamento Externo, incluindo a Dívida Pública Geral do sector empresarial, do Estado, das empresas e das famílias. Aumentou o Défice Orçamental, aumentaram os Impostos, baixou o rendimento disponível. Comparativamente com o exterior, Portugal desceu na competitividade da economia, no índice de liberdade económica, no índice de transparência... onde se encontra atrás do Chipre, Qatar, Barbados, Santa Lúcia... anos de inconsciência e irresponsabilidade levaram o País a cair abruptamente na credibilidade externa. Portugal é hoje um País sem credibilidade. São já visíveis alguns sinais de desrespeito... nas palavras de António Barreto, proferidas recentemente, *o Estado está falido*. Estes anos de mau Governo levaram a que tenhamos caído na inevitabilidade de uma intervenção externa não desejada.

O Sistema Financeiro Internacional, do qual dependemos ou nos fizemos depender, aproveitando-se destes indícios, estrangula-nos com as suas condições opressivas... os tempos são, portanto, de grandes privações.

A agravar a situação estão os efeitos negativos de algumas medidas de austeridade que se reflectem no crescimento da Economia, nomeadamente no Consumo Interno. É, portanto, urgente que se distribuam os sacrifícios, pois muitos portugueses já estão no limiar do suportável. Distribuam-se por quem mais tem e por quem beneficiou de privilégios imorais, concedidos pelo Estado e pelas suas várias dependências. Sobretudo não se esqueçam do próprio Estado, gordo, pesado, caro... muitas vezes estorvo e obstáculo à iniciativa criativa dos cidadãos e das empresas. E não se pense que nos referimos aos seus trabalhadores... sobre quem se apontam algumas baterias. Veja-se, em primeiro lugar, as designadas PPP's, sigla para algumas obscenas parcerias público ou privadas que, para além de condicionar o presente, hipotecam o futuro com obrigações para as futuras gerações, as quais nada fizeram para merecer tal punição.

Vejam-se também as dezenas de milhar de Instituições dependentes do Orçamento Geral do Estado, separando o "trigo do joio", tendo cuidado de extinguir aquelas que nenhuma falta fazem e estabelecer prioridades para as que, sendo úteis, são menos imprescindíveis no actual momento do País.

Vejam-se os privilégios, as frotas, as viagens, as assessorias. Avaliem-se as grandes obras públicas e o seu impacto na economia, avaliando seriamente a relação custo/benefício.

Vejam-se ainda alguns gastos sumptuosos com valores elevados e que, multiplicados por muitos casos, passam a ter valor significativo para o erário e imoral para os contribuintes. No contexto de pré-campanha eleitoral é importante que se analise como chegámos a este estado de coisas. Será que não está associado à situação de crise económica e financeira do País o facto de Portugal ser o País da Europa com mais auto-estradas e grandes superfícies comerciais? - para citar apenas dois exemplos -... Às vezes é preciso, friamente, ouvir o que os outros pensam sobre nós para melhor nos conhecermos.

Consta de Relatórios Diplomáticos oficiais, divulgados de forma menos correcta, que Portugal é um País pobre, em que os políticos gostam de comprar brinquedos caros...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Está lá! Preto no branco!... Ninguém desmentiu! Ninguém negou! Neste cenário não é de estranhar o alheamento dos cidadãos à participação política, pela abstenção nas várias eleições e há sempre quem se aproveite destes momentos para apelar à abstenção, mas nós sabemos, não por intuição mas por confirmação científica e histórica, que a Democracia e os Partidos Políticos, com todos os defeitos que também têm, são ainda a melhor garantia dos povos para alcançar os Ideais de Progresso, Justiça, Liberdade e Igualdade que o 25 de Abril de 1974 nos proporcionou. É por isso que rejeitamos qualquer apelo à abstenção. Só interesses obscuros podem fazer tais apelos... mas, no Município de Soure, de 265 quilómetros quadrados, com os seus quase 20.000 habitantes, atrevemo-nos a fazer um apelo aos Partidos Políticos... para que se cumpram os Ideais de Abril... mereçam o voto dos eleitores, não façam das eleições meras campanhas de marketing, não prometam o que sabem não poder cumprir e não façam do Programa Eleitoral uma obra de ficção, não escondam a verdade privilegiando a matreirice, sejam transparentes com as contas e os financiamentos, não promovam o nepotismo e o clientelismo, não afastem as vozes críticas e não promovam o seguidismo, indignem-se com quem enriquece pela política, não convivam com a corrupção...

Nós, os Portugueses, queremos continuar a acreditar nos Ideais da Liberdade, da Justiça e do Progresso. Queremos acreditar que vamos vencer as dificuldades, queremos manter viva a esperança que dias melhores virão para nós e para os nossos descendentes, por isso, lançamos um último apelo a todos os candidatos a governantes, inspirado numa resposta dada por Francisco Sá Carneiro, quando questionado sobre a diferença entre político e estadista: “*não governem para as próximas eleições, governem para as próximas gerações...*”.

Viva Soure!

Viva os Ideais de Abril!

Viva Portugal!”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Marco Ramalho, da Bancada do PS, que proferiu o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e Demais Autarcas, Senhores Convidados, Caríssimo Público presente, Profissionais da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Comemoramos, hoje, o 37.º Aniversário do 25 de Abril, data que preconizou a saída do País da clausura do silêncio, da angústia, da perseguição e do medo, e que permitiu a nossa participação activa e livre na escolha dos nossos destinos, enquanto pessoas e enquanto nação.

Foi através dessa participação que se conquistaram Direitos Fundamentais para uma vida digna e livre, como a Constituição da República Portuguesa, a Segurança Social Pública, o acesso a melhores condições de Trabalho, o acesso universal e tendencialmente gratuito à Saúde, à Educação e à Justiça, conquistas essas, que se foram cimentando e fortalecendo ao longo destes 37 anos, fazendo com que, hoje, Portugal seja um país moderno, justo e solidário, membro da União Europeia e da Zona Euro, em que, incontestavelmente, se vive melhor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas durante estes 37 anos, e com especial incidência na última década, o mundo também mudou... globalizou-se, abriram-se os mercados de uma forma descontrolada e desregulamentada, o peso do DÓLAR na Economia Global caiu abruptamente face ao EURO, os grandes Grupos Financeiros e as Agências de Rating dominaram políticas e estratégias de pessoas e Países. Paradoxalmente, em 2008 tudo se altera, constatamos que a nossa economia assentava num Castelo de Cartas sem alicerces ou qualquer solidez. Alguns grandes Grupos Financeiros ruíram e os que não ruíram abanaram fortemente.

Perante a situação, e para fazer face à grave crise económica que se tinha instalado, com epicentro no Sector Financeiro, os Governos de todo o mundo, nomeadamente o nosso, adoptaram medidas Anti-Cíclicas para que o cidadão comum não sentisse de forma tão violenta, no seu dia-a-dia, os impactos dessa mesma crise, medidas essas, que vieram a agravar substancialmente os rating's dos Estados, bem como os seus Défices Orçamentais.

Surpreendentemente, em 2010, as mesmas Agências de Rating (curiosamente todas Americanas), que falharam em toda a linha em 2008 nas avaliações que fizeram do Sector Financeiro, de que se destaca o caso do Lehman Brothers, deram início a uma perseguição sem precedentes através de constantes descidas dos rating's dos chamados Países periféricos da Zona Euro, nos quais Portugal se inclui, dando origem a uma nova e mais profunda crise económica, a chamada crise das Dívidas Soberanas.

Face a essa situação, a Grécia primeiro, depois a Irlanda viram-se forçadas a pedir ajuda externa ao FMI e à União Europeia. Portugal, apesar da grave crise económica com que se debateu foi, através de algumas medidas pouco populares mas necessárias, tomadas pelo Governo, e enquanto prevaleceu o sentido de estado e responsabilidade, apoiadas pelo principal partido da oposição, conseguindo aguentar-se, sem ter de recorrer a esse instrumento, resolvendo internamente os seus problemas.

Mas eis que, quando foi necessário dar seguimento a essas medidas através do chamado PEC 4, que entretanto tinha tido aprovação por parte dos nossos parceiros europeus, os partidos da oposição resolveram, com base em estratégias puramente eleitoralistas, demitirem-se em bloco do seu Sentido de Estado e Responsabilidade, atirando o País também para uma grave crise política.

Neste momento de evocação do 25 de Abril é, pois, tempo para que todos façamos um balanço destes 37 anos, valorizando as conquistas e o que de positivo Abril nos trouxe, mas também, assumindo o que de errado foi feito, encontrando caminhos para a sua correcção, não permitindo que se perca o que tanto custou a conquistar.

Sendo isto uma tarefa de todos, é-o, em especial dos responsáveis políticos, que devem, de uma vez por todas, evitar radicalizar posições, de modo a não fechar a porta ao diálogo e cooperação entre eles, pois só deste modo Portugal poderá sair da difícil situação em que se encontra, evitando o colapso.

É pois, perante este difícil contexto, tempo de encarmos o futuro com esperança, coragem e uma grande dose de confiança.

Esperança... esperança de que líderes europeus se revelem verdadeiros estadistas, se deixem de hesitações e dêem azo ao sonho dos seus fundadores, defendendo intransigentemente a União Europeia e os princípios que estiveram na sua génese, como a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cooperação e solidariedade entre os seus povos e países, como bases do seu desenvolvimento comum.

Coragem... coragem em primeiro lugar, dos cidadãos deste país, para suportar as dificuldades que se avizinham, aprendendo, não a viver de uma forma pior, mas talvez, a viver de uma forma diferente.

Coragem... coragem também de quem vier a liderar o próximo Governo, para levar a cabo as reformas e os sacrifícios que o FMI e a União Europeia nos vão impor, com a sabedoria que se exige, para que não se destrua, ao abrigo de pensamentos neo-liberais que alguns são tentados a ter, grandes Conquistas de Abril, como o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social Pública.

No que diz respeito ao Concelho de Soure, estou certo que a actual gestão autárquica saberá, paralelamente à coragem, ter a imaginação suficiente, para fazer a necessária ginástica financeira, dando prioridade, claro está, a alguns investimentos que se mostrem essenciais, relativamente a outros que terão de sofrer porventura alguns adiamentos, sem nunca, como é óbvio, perder de vista a função social da Autarquia, quer per si, quer no apoio às nossas tão dinâmicas IPSS, que desempenham, com cada vez maior relevância, um papel de destaque na economia local.

Confiança... confiança em nós próprios e no nosso país que, durante os seus oito Séculos de História, soube por tantas vezes ultrapassar os difíceis desafios que se lhe colocaram, tal como nós saberemos ultrapassar os que agora se nos colocam.

E é com base nestas premissas que, sinceramente, espero que todos juntos possamos ultrapassar os tempos difíceis que vivemos, continuando a cumprir inteiramente, e até ao fim, o 25 de Abril e Portugal.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!"

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, proferindo o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e de Assembleias de Freguesia, demais Autarcas de Freguesia, Senhores Presidentes e Representantes das múltiplas Instituições Concelhias dos mais diversos domínios aqui presentes, Senhor Reverendo Pároco... permitam-me que saude também a presença de dois anteriores Presidentes de Câmara, os Senhores Firmino Ramalho e Manuel Leal, exactamente porque houve o 25 de Abril... Minhas Senhoras, Meus Senhores, Representantes da Comunicação Social, e, ainda uma saudação muito particular para a Rádio Popular/Jornal de Soure que tem procurado acompanhar a realidade concelhia e que, julgo, estará hoje a transmitir esta Sessão para o seu vasto auditório, o que significa que o que hoje temos vindo aqui a dizer, a considerar, a reflectir está, naturalmente, a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhado por muitos Sourenses espalhados pelo Mundo, a quem, em nome do Município de Soure, aproveito para cumprimentar de forma afectiva...

Vou dividir esta minha intervenção em duas partes: uma primeira parte que tem a ver com o Aniversário e uma segunda parte para fazer uma reflexão política, “pacífica”... estamos em dia de honrar e homenagear Ideais!!!... Comemoração do 25 de Abril... Não devemos fazê-lo como cumprimento de uma qualquer obrigação, isso seria o maior insulto que estaríamos a fazer ao significado histórico ou político do 25 de Abril!!!... Devemos fazê-lo porque acreditamos no seu significado e porque acreditamos que, a todo o momento, devemos estar imbuídos da motivação necessária para continuar a honrar esse significado histórico/político... por isso, permitam-me que cumprimente a Senhora Vereadora que coordenou a equipa que organizou o Programa Comemorativo, que cumprimente todas aquelas e aqueles que fazem parte da equipa - Mesa da Assembleia, um representante de cada Partido com assento na Assembleia Municipal -... permitam-me que agradeça o apoio de todas as entidades que estão a colaborar e a participar neste Programa de Comemoração dos 37 anos do 25 de Abril, cujo contributo é decisivo - Banda do Cercal, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure, Grupo Artes de Palco, de Vila Nova de Anços, Agrupamento de Escolas, Instituto Pedro Hispano e INTEP -... Permitam-me ainda que felicite os 132 alunos, do 1.º CEB, oriundos das 12 Freguesias do Concelho, que participaram no habitual Concurso “Conhecer Abril”... Felicito também os Docentes envolvidos neste processo, felicito igualmente as famílias envolvidas e não posso deixar de dar os parabéns àqueles três cujos trabalhos vieram a ser distinguidos, sendo certo que se devemos reconhecer a distinção e o mérito, também não podemos deixar de cumprimentar e saudar a participação!!!...

A terminar esta primeira parte, dizer também que estamos muito satisfeitos por, este ano, o Torneio da Liberdade, significativamente, não ser um Torneio ligado às Escolinhas na modalidade Futsal, mas um Torneio ligado às Escolinhas na modalidade Xadrez... Estamos num período difícil e o Xadrez é uma modalidade que exige resistência física, mas também elasticidade mental... neste mundo temos que, acima de tudo, usar de energia positiva e elasticidade mental e, por isso, cumprimento as cerca de seis dezenas de alunos, quatro dezenas do Agrupamento de Escolas de Soure - EB1 de Alfarelos, Casal do Redinho, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo -, e cerca de duas dezenas do 2.º Ciclo do Ensino Básico do Instituto Pedro Hispano... saúdo todos, naturalmente, pela participação nesta iniciativa, sendo que estamos determinados a ajudar a que a “disseminação” da modalidade Xadrez venha a ter dimensão concelhia pois consideramos que é um instrumento fundamental em termos educacionais e em termos de formação das pessoas!!!...

Tem sido hábito, e acho que não me devo demitir dessa tradição, a partilha de algumas reflexões de natureza social/política... julgo, aliás, que a realidade que se tem seguido a cada aniversário tem, de alguma forma, dado razão àquilo que têm sido as conclusões que tenho vindo a adiantar...

Este ano, gostaria de falar sobre a realidade nacional, a realidade autárquica nacional... compreendam... a realidade autárquica que a todos nos deve, saudável e responsabilmente, preocupar...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em termos nacionais, não constitui qualquer novidade dizer-vos que muito daquilo que tem sido a melhoria do bem-estar colectivo, conseguido pós-Abril, porventura tem resultado de uma aceleração excessiva, não apenas em Portugal mas na Europa social, no Mundo social... em Portugal isso levou a que, e basta lembrar dois dados: os sucessivos défices públicos anuais, isto é, ano após ano a receita pública não tem sido suficiente para cobrir a despesa pública... mas, mais do que isso, temos uma situação em que a dívida pública é praticamente igual ao produto anual bruto e em que o endividamento externo já é bem superior ao dobro... nós temos tido preocupações sociais, mas temos vivido acima das possibilidades... não apenas nós, mas toda a Europa social!!!... aquilo que esperamos dos responsáveis políticos nacionais - os que têm responsabilidades hoje e os que virão a ter amanhã - é que, percebendo todos nós que eles têm um desafio difícil que é o de recolocar as contas em ordem, aquilo que esperamos, desejamos e colaboraremos, na medida das nossas possibilidades, nesse sentido, é que o façam com competência, sentido de responsabilidade, mas que o façam sem insensibilidade social!!!... O ritmo do equilíbrio das contas não pode ser aliado cego da insensibilidade social!!!... esta é a baliza que deve estar sempre como pano de fundo na actividade política dos actuais responsáveis e dos próximos futuros responsáveis...

Em termos de realidade autárquica nacional, reparem, temos atravessado um período em que, com os sucessivos Planos de Estabilidade e Crescimento, têm vindo a diminuir as Transferências do Orçamento Geral do Estado para as Autarquias... temos atravessado um período em que um conjunto de competências, até aqui do Governo, têm vindo a ser competências das Autarquias, mas essa transferência nem sempre tem sido acompanhada da adequada transferência de meios... isso tem, naturalmente, obrigado os Municípios a fazerem um esforço adicional... uns mais do que outros, mas, tem havido um esforço adicional decorrente da necessidade de se adoptarem medidas sociais de excepção para fazer face aos problemas de um número cada vez maior de famílias com as tais dificuldades de excepção... ainda assim, neste período podemos verificar/constatar o seguinte: o Endividamento Autárquico, no seu conjunto, tem vindo a diminuir nos últimos anos e o seu peso, no conjunto da Dívida Pública, é inferior a 4%!!!...

No nosso Concelho, estou à vontade para vos dizer, porque os factos falam por si... nunca foi necessário que houvesse qualquer ambiência de crise para procurarmos ter as contas em ordem, para procurarmos definir e implementar medidas de apoio dirigidas às famílias mais vulneráveis, às que mais precisam, para assentar toda a nossa actividade política no rigor e na consciência social!!!... Sempre falámos de rigor e de consciência social... mas mais do que as minhas palavras, se nós avaliarmos como é que tem evoluído a auto-suficiência orçamental, mesmo não sobrecarregando as famílias porque praticamos as tarifas mais baratas do País, mesmo assim, as nossas Receitas Correntes continuam a ser bem superiores às Despesas de Funcionamento e a libertar meios para investimento.

Se pensarmos na forma como têm evoluído as nossas Despesas com Pessoal, sempre dentro dos limites legais e até a diminuir em absoluto... Se pensarmos como tem evoluído a nossa utilização da capacidade de endividamento face aos limites legais, mesmo com alterações de regras, sempre em baixa... mas connosco a cumprir e sempre dentro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquilo que são esses limites... Se pensarmos nos nossos Graus de Execução do Plano, ao longo dos últimos anos, sempre um Grau de Execução superior a 95% e sempre com uma Repartição Final semelhante à Repartição Inicial, com uma evolução e com uma preocupação de que haja equilíbrio na repartição geográfica do investimento por todo o Concelho e o equilíbrio da repartição no investimento pelos diferentes domínios!!!!...

Mas, sejamos realistas, os próximos anos, para Portugal e para o mundo social, continuarão a ser anos onde teremos de estar preparados para, com capacidade, com confiança, enfrentarmos dificuldades acrescidas... e só há uma forma de podermos vencer, com uma História que nos ensina que Portugal tem vencido sempre... é acreditarmos, mas acreditarmos mesmo, que temos de insistir ainda mais naquilo que alguns denominam de “chavão”, que é termos de usar uma política ainda mais assente na racionalidade económica, mas na racionalidade económica social!!!!... Vamos decodificar... trazer para o plano prático, para o plano da realidade, o que é que se pretende fazer, por exemplo no nosso Concelho, com usarmos, ainda mais - se é que tal é possível - de racionalidade económica social... Significa que temos que ter a lucidez, a frieza e o discernimento de conter - ou cortar mesmo - na realização de alguns investimentos que sendo desejáveis e positivo que fossem feitos são, apesar de tudo, em comparação com outros, menos necessários!!!!... Temos de fazer esta análise com lucidez e explicá-la sempre até à exaustão... vamos dar três ou quatro exemplos concretos... se tivermos de escolher, devido à escassez de recursos, entre a manutenção da realização de algumas iniciativas pontuais - de que gostamos muito - ou a realização de investimentos necessários, que perduram no tempo, optaremos pela realização de investimentos necessários que perdurem no tempo!!!!... Se tivermos de escolher entre investimentos necessários, considerados de interesse regional e, por isso, estão no Plano de Desenvolvimento Regional, com Candidaturas aprovadas a Fundos Comunitários, com participação na ordem dos 80%, e outros investimentos, igualmente necessários, mas sem Candidaturas aprovadas, teremos de priorizar os investimentos que, sendo necessários por igual, têm já co-financiamentos aprovados!!!!... Ninguém entenderia que não priorizássemos primeiro aqueles investimentos que já foram considerados de interesse regional... não os concretizar seria um desperdício social, seria inqualificável, mas ainda mais inaceitável em tempo de escassez de recursos!!!!...

Se tivermos de escolher entre a manutenção do calendário de realização de um investimento e a adopção ou o reforço de uma qualquer política de excepção para atender a casos de fragilidade ou vulnerabilidade familiar, também não hesitaremos... adoptaremos políticas de excepção para procurar atender a casos de vulnerabilidade familiar e adiaremos o calendário de execução de alguns investimentos!!!!... Se tivermos que, sem pôr em causa o normal funcionamento da Instituição, diminuir, através de maior rigor e menor desperdício ainda, as despesas de funcionamento, continuaremos a fazê-lo!!!!... como, aliás, tem acontecido nos últimos anos e é a isto que se chama racionalidade económica e social!!!!... será desta forma que continuaremos, apesar de tudo, a fazer aquilo que temos feito que é, de forma próxima das pessoas, resolver os seus problemas e melhorar o seu bem-estar... e porque continuaremos a fazê-lo, conseguiremos que se mantenha, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho de Soure, aquilo que é uma das suas grandes características, que é um justo clima de Paz Social!!!... fazendo-o aqui no nosso Concelho estaremos a dar um contributo inequívoco a Portugal para que, em Portugal, à Democracia Política que ninguém questiona, se continue a juntar a consolidação da Democracia Social... essa não pode ser posta em causa, não pode nem ninguém entenderia que o fosse porque se a Democracia Social for posta em causa, como alguns costumam dizer, cada vez mais teremos uma Democracia “formal” mas cada vez menos uma Democracia “real”... porque as Pessoas não estavam em primeiro lugar e só não perdendo de vista aquilo que vos procurei transmitir é que estaremos a ser capazes, como devemos e é nossa obrigação interior, de homenagear e honrar os Ideais de Abril!!!...

Tenho o maior respeito... não é hoje, dia de aniversário, é todos os dias, pela homenagem e pelo significado histórico dos Ideais de Abril... Os Ideais de Abril têm que ver com as Pessoas e nós estamos aqui escolhidos pelas Pessoas, apenas e só a pensar em melhorar o bem-estar colectivo das Pessoas que moram nos 200 lugares, das 12 Freguesias do Concelho... e, em particular, e designadamente, naquelas que tiveram o azar, a infelicidade de revelarem/evidenciarem maior fragilidade, maior vulnerabilidade social...

Nós vamos continuar de consciência tranquila... nós continuamos motivados, determinados e confiantes... temos a certeza que se depender daquilo que continuarmos a fazer no Concelho de Soure, daremos mais uma vez, como Portugal tem feito, a volta à História com as Pessoas... nós vamos ser capazes e iremos continuar a fazê-lo!!!... por isso, com a convicção de sempre, vale a pena comemorar o 25 de Abril de 1974, vale a pena dizer

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Viva o Concelho de Soure!”

Por último, usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, proferindo o seguinte discurso: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Representantes das Instituições Concelhias, Excelentíssimos Senhores Convidados, Excelentíssimos Senhores Munícipes que acompanham esta Sessão pela Rádio de Soure, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Agradecemos, mais uma vez, de forma especial, a todos os que hoje nos honraram com a sua presença contribuindo, assim, para que, em conjunto, possamos celebrar mais um aniversário de uma das datas mais marcantes do nosso País, o 25 de Abril, em que Portugal, após 40 anos de regime ditatorial, começou a viver um regime democrático que marcou o nascer de uma Democracia, que se mantém até hoje.

A Democracia valoriza a igualdade entre os cidadãos, por isso devemos continuar a comemorar dignamente e com solenidade esse feito para lembrar e homenagear milhares de Portugueses que lutaram para que Portugal fosse um País livre e democrático devolvendo-nos, assim, a Liberdade e a Democracia.

Este foi o acontecimento político recente mais importante da História de Portugal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ao celebrarmos o 25 de Abril procuramos dar a conhecer também, às gerações mais novas, o sentido da chamada “Revolução dos Cravos”, que nos deu dignidade e orgulho em sermos Portugueses e nos ofereceu Liberdade Democrática assente nos Princípios de Expressão e do Respeito pelo Homem.

A Democracia tem pois como um dos Princípios valorizar a Igualdade dos Cidadãos, no entanto, decorridos 37 anos devemos questionar-nos seriamente pela forma como usámos os Valores decorrentes das Conquistas de Abril, pois preocupa-nos bastante o contraste socioeconómico cada vez mais acentuado, a balança social cada vez mais desequilibrada, as dificuldades financeiras e sociais que o País atravessa, o crescimento do desemprego, em particular o dos nossos jovens mais qualificados, bem como da procura de resposta, pelos mesmos, em Países estrangeiros perdendo assim, nós, a força de trabalho inovadora e qualificada.

Portugal está a viver uma das crises mais sérias da sua História recente, em que assistimos ao agravamento dos problemas socioeconómicos e ao abrandamento do investimento, uma crise com dimensão económica e financeira com grande impacto no desemprego e no futuro das gerações mais novas, dado o elevado grau de endividamento público e privado e os baixos índices de competitividade. Sinais muito preocupantes para a nossa sociedade.

Neste contexto, assistimos também à degradação dos Valores que estruturam a nossa Sociedade, que pretendemos Democrática, e que se traduzem num aumento desregulado da marginalidade e do crime organizado, no aumento do desemprego e da pobreza, o que não nos deve deixar indiferentes pois estamos a caminhar para uma Sociedade cada vez mais injusta e desregulada.

Perante este quadro, exigem-se políticas sociais e económicas justas, capazes de nos devolver a estabilidade, de combater o desemprego, de apoiar o empreendimento e o investimento e que sejam capazes de melhorar a situação das nossas finanças públicas no âmbito do quadro europeu, mas que não deixem de garantir a todos o Direito à Educação mantendo o Direito à Escola Pública, à Saúde, à Justiça e à Segurança.

Perante as dificuldades que atravessamos há que ter consciência de todos termos que aceitar novos sacrifícios e atitudes de modo a contribuirmos para fazermos renascer uma Sociedade mais ousada, mais determinada, mais comprometida de modo a que todos tenhamos envolvimento e empenhamento no esforço nacional para que possa haver uma recuperação económica e social e para que possamos garantir as Conquistas de Abril.

Esperamos pois, dos nossos responsáveis e de todos nós, compromissos políticos para a reabilitação do aparelho produtivo, aumento do emprego, planeamento económico e para a regulação da vida financeira de modo a enfrentar e ultrapassar a crise que, progressivamente, tem vindo a bloquear o desenvolvimento do nosso País para podermos efectivamente sentir assegurada e enraizada a nossa Democracia pois não foi certamente com um quadro desta natureza que sonhámos em Abril de 1974, por isso devemos unir esforços e assumir o compromisso cívico de, em conjunto e no âmbito das possibilidades individuais de cada um de nós, contribuirmos para combater esta crise de contornos nacionais e internacionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O papel das Autarquias no actual momento é determinante e toma uma dimensão muito relevante e de grande esperança pela sua proximidade e conhecimento dos problemas dos seus Municípios, esperando-se a sua intervenção nas vertentes da Acção Social e da Educação e mesmo no acesso à Saúde.

Reconhecemos, com grande satisfação, o trabalho marcante que tem vindo a ser desenvolvido pelo Executivo do nosso Município nestas áreas, procurando soluções para as dificuldades existentes e estamos certos de que perante as dificuldades emergentes, em conjunto com a Assembleia Municipal, procurará, dentro das possibilidades, encontrar as melhores soluções para a resolução de problemas mais prementes dinamizando o Município para a Solidariedade e Lógica Social. Fá-lo-á de forma competente, dinâmica e dialogante através da sua proximidade às populações e terá, certamente, um papel extremamente importante no combate aos problemas providenciando as medidas adequadas. Por isso, sejamos confiantes.

Terminamos, finalmente, congratulando-nos com o programa das actividades que integram o Programa das Comemorações do 25 de Abril, que privilegiou o envolvimento e a participação dos mais jovens do nosso Concelho no acto das Comemorações.

A todos o nosso muito obrigado!

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!"

Procedeu-se à entrega dos prémios relativos ao concurso "**CONHECER ABRIL**", pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão Comemorativa do 37.º Aniversário do 25 de Abril, cerca das 13,00 horas.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O 1º SECRETÁRIO

António da Silva Letra

A 2ª SECRETÁRIA

Luisa Margarida Lima Anjo, Dra.